

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	29
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	30
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	31

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.504.997
Preferenciais	0
Total	1.504.997
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/05/2015	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2015	Ordinária		0,00797

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	147.175.865	152.992.219
1.01	Ativo Circulante	104.670.723	113.357.332
1.01.01	Disponibilidades	104	109
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	103.810.163	112.259.356
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	81.771.240	88.159.199
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.038.923	24.100.157
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	800.793	934.873
1.01.03.01	Carteira Própria	800.793	934.873
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-5	94
1.01.07.01	Arrendamentos a Receber	713	3.019
1.01.07.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-713	-2.851
1.01.07.03	Provisão para Perdas de Arrendamento Mercantil	-5	-74
1.01.08	Outros Créditos	59.668	162.900
1.01.08.01	Rendas a Receber	0	125.948
1.01.08.02	Diversos	59.668	36.952
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	40.625.890	37.056.801
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	39.709.954	36.879.570
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.509.072	33.164.180
1.02.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	5.200.882	3.715.390
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	796.085	73.495
1.02.02.01	Carteira Própria	796.085	73.495
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-20	0
1.02.06.01	Arrendamentos a Receber	50	4.370
1.02.06.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-50	-4.370
1.02.06.03	Provisão para Perdas de Arrendamento Mercantil	-20	0
1.02.07	Outros Créditos	119.871	103.736
1.02.07.02	Diversos	119.871	103.736
1.03	Ativo Permanente	1.879.252	2.578.086
1.03.01	Investimentos	1.878.517	2.570.984
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.878.517	2.570.984
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	735	7.102

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	147.175.865	152.992.219
2.01	Passivo Circulante	13.543	711.587
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	696	2.262
2.01.09	Outras Obrigações	12.847	709.325
2.01.09.01	Sociais e Estatutárias	10.200	442.000
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	966	263.371
2.01.09.03	Credores por Antecipação de Valor Residual	11	739
2.01.09.04	Diversas	1.670	3.215
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	143.734.062	149.216.098
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	143.620.760	149.107.779
2.02.03.01	Recursos de Debêntures	143.620.760	149.107.779
2.02.09	Outras Obrigações	113.302	108.319
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	113.252	104.168
2.02.09.02	Credores por Antecipação de Valor Residual	50	4.151
2.05	Patrimônio Líquido	3.428.260	3.064.534
2.05.01	Capital Social Realizado	2.405.982	2.405.982
2.05.04	Reservas de Lucro	1.014.512	660.594
2.05.04.01	Legal	322.908	431.666
2.05.04.02	Estatutária	691.604	228.928
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	7.766	-2.042
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	7.766	-2.042

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	4.355.456	8.434.339	4.131.063	8.058.608
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	899	6.619	2.851	11.680
3.01.02	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	4.354.557	8.427.720	4.128.212	8.046.928
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-4.300.079	-8.334.335	-3.561.029	-6.954.103
3.02.01	Captação no Mercado	-4.299.215	-8.327.820	-3.558.278	-6.942.659
3.02.02	Empréstimos e Repasses	-19	-54	-94	-251
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-857	-6.510	-2.669	-11.245
3.02.04	Provisão para Perdas em Créditos	12	49	12	52
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	55.377	100.004	570.034	1.104.505
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	191.238	390.621	152.796	302.870
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-5.666	-11.507	-5.493	-11.742
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.593	-4.666	-26.338	-50.816
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-9	-33	0	0
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	199.506	406.827	184.627	365.428
3.05	Resultado Operacional	246.615	490.625	722.830	1.407.375
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	246.615	490.625	722.830	1.407.375
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-14.038	35.293	-215.274	-416.766
3.08.01	Devidos sobre Operações do Período	-643	-928	-137.270	-341.033
3.08.02	A Compensar referente Adições Temporárias	-13.395	36.221	-78.004	-75.733
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	232.577	525.918	507.556	990.609
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,15450	0,34940	0,33725	0,65821

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	232.570	525.918	507.556	990.609
4.03	Resultado Abrangente do Período	232.570	525.918	507.556	990.609

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	237.064	-246.343
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.331.433	7.592.299
6.01.01.01	Lucro Líquido	525.918	990.609
6.01.01.02	Resultado de Participações em Coligadas/Controlada	-406.827	-365.428
6.01.01.04	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	-49	-52
6.01.01.05	Provisão de Tributos Diferidos	-36.221	75.733
6.01.01.07	Resultado de Juros de Debêntures	8.327.820	6.942.659
6.01.01.08	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disp.Venda	-79.208	-51.222
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.094.369	-7.838.642
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplic Interf. de Liquidez	-7.906.553	-7.698.024
6.01.02.02	(Aumento) Redução em TVM e Inst Financ. e Derivativos	214	-7.373
6.01.02.03	(Aumento) Redução Outros Créditos e Outros Valores e Bens	-6.231	-95.758
6.01.02.04	(Aumento) Redução Operc.de Arrendamento Mercantil	1.706	3.987
6.01.02.06	Aumento (Redução) Obrig Empréstimos e Empréstimos	-1.566	-4.069
6.01.02.07	Aumento (Redução) Outras Obrigações	66.364	345.754
6.01.02.08	Pagamento Imposto de Renda e Cont Social	-248.303	-383.159
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	732.407	1.902.366
6.02.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	125.948	344.379
6.02.06	Redução de Capital de Controlada	1.098.792	363.356
6.02.07	Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	2.783	1.194.631
6.02.08	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-495.116	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.494.839	-1.177.433
6.03.01	Captação/Resgate por Debentures	-13.814.839	-1.177.433
6.03.02	Dividendos Pagos	-680.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.525.368	478.590
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.081.768	56.767.157
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.556.400	57.245.747

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	660.594	0	-2.042	3.064.534
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	660.594	0	-2.042	3.064.534
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	525.918	0	525.918
5.05	Destinações	0	0	0	353.918	-525.918	0	-172.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-172.000	0	0	-172.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	525.918	-525.918	0	0
5.05.03.02	Reserva Legal	0	0	0	12.584	-12.584	0	0
5.05.03.03	Reserva Estatutária	0	0	0	513.334	-513.334	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	9.808	9.808
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	10.310	10.310
5.07.04	Benefícios Pós Emprego de Coligada	0	0	0	0	0	-502	-502
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	1.014.512	0	7.766	3.428.260

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	22.405.982	0	0	1.177.480	0	-464	23.582.998
5.03	Saldo Ajustado	22.405.982	0	0	1.177.480	0	-464	23.582.998
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	990.609	0	990.609
5.05	Destinações	0	0	0	990.609	-990.609	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	990.609	-990.609	0	0
5.05.03.02	Reserva Legal	0	0	0	49.530	-49.530	0	0
5.05.03.03	Reserva Estatutária	0	0	0	941.079	-941.079	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	464	464
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.130	1.130
5.07.04	Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	0	-666	-666
5.13	Saldo Final	22.405.982	0	0	2.168.089	0	0	24.574.071

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	8.470.609	8.058.660
7.01.01	Intermediação Financeira	8.434.339	8.058.608
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	49	52
7.01.04	Outras	36.221	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-8.334.417	-6.954.155
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.507	-11.742
7.03.04	Outros	-11.507	-11.742
7.04	Valor Adicionado Bruto	124.685	1.092.763
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	124.685	1.092.763
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	406.827	365.428
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	406.827	365.428
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	531.512	1.458.191
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	531.512	1.458.191
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.594	467.582
7.09.02.01	Federais	5.594	467.582
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	525.918	990.609
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	525.918	990.609

Comentário do Desempenho

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2015 e de 2014, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil no período alcançou R\$ 526 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 3.428 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 0,35, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 2,28.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R\$ 147.176 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 143.520 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Os Recursos Captados representaram R\$ 143.621 milhões, correspondentes basicamente a Recursos de Debêntures.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2015, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 21 de janeiro, 11 de fevereiro, 23 de março e 26 de maio - aquisição de pesquisas e materiais técnicos;

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 07 de agosto de 2015.

A Administração

Notas Explicativas

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2015 E DE 2014

(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.(Nota 11). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para o períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 foram aprovadas pela Diretoria em 07 de agosto de 2015.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos. A reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – A DIBENS LEASING define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas – Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Repasses e Demais Operações Ativas e Passivas** – As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas *pro rata die* com base na taxa efetiva das operações.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

Notas Explicativas

- **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e
- **Títulos Disponíveis para Venda** – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos anteriormente, na controlada e coligadas da DIBENS LEASING, refletidos por estas em conta destacada dos seus Patrimônios Líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Participações da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

- d) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG)** – Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

- e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** – Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

- f) Investimentos** - Em controlada e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- g) Imobilizado de Arrendamento Mercantil** – Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução são:

Notas Explicativas

Edificações	4%	Veículos e Afins	20% a 25%
Móveis e Utensílios e Instalações	10%	Outros Bens	10% a 20%
Máquinas e Equipamentos	10% a 50%		

h) Perdas em Arrendamento a Amortizar – A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

i) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias: São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN e são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

j) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	15,00%	ISS	até 5,00%

(*) A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), com vigência a partir de 1º de setembro de 2015, elevou a alíquota de Contribuição Social para 20%. Nenhum efeito foi reconhecido pela referida elevação da alíquota sobre créditos tributários em 30 de junho de 2015, uma vez que a MP ainda está em processo de apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional, com a possibilidade de emendas complementares ao projeto, que alterariam a alíquota a patamares diferentes do proposto pelo Executivo.

Notas Explicativas

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	30/06/2015								30/06/2014
	Custo	Provisão para Ajustes ao Valor de Mercado refletida no:	Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	366 - 720	Valor de Mercado
Patrimônio Líquido									
TÍTULOS PRIVADOS	1.585.286	11.592	1.596.878	100,0	62.466	241.133	497.194	796.085	16.692
Cotas de Fundos	16.561	-	16.561	1,0	16.561	-	-	-	16.692
Debêntures	771.560	16.649	788.209	49,4	-	-	69.600	718.609	-
Letras Financeiras	797.165	(5.057)	792.108	49,6	45.905	241.133	427.594	77.476	-
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.585.286	11.592	1.596.878	100,0	62.466	241.133	497.194	796.085	16.692
Títulos para Negociação	16.561	-	16.561	1,0	16.561	-	-	-	16.692
Títulos Disponíveis para Venda	1.568.725	11.592	1.580.317	99,0	45.905	241.133	497.194	796.085	-
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO)	1.585.286	11.592	1.596.878	100,0	62.466	241.133	497.194	796.085	16.692
% por prazo de vencimento				100%	3,9%	15,1%	31%	50,0%	
Impostos Diferidos		(4.636)							
Obrigações de Benefícios Pós Emprego (Nota 12a)		502							
Ajuste de Controlada		308							
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM		7.766							
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) - 30/06/2014	16.692	-	16.692	100,0	16.692	-	-	-	
% por prazo de vencimento					100,0%	-	-	-	
Obrigações de Benefícios Pós Emprego (Nota 12a)		(1)							
Ajuste de Controlada		1							
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM - 30/06/2014		-							

(*) Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2015.

Notas Explicativas

- b) Instrumentos Financeiros Derivativos** - Em 30/06/2015 e 30/06/2014 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.
- c) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basiléia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

Notas Explicativas**NOTA 5 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO (DEMONSTRADAS A VALOR PRESENTE)****a) Composição da Carteira por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco**

Composta por Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro R\$ 674 (R\$ 5.012 em 30/06/2014).

	30/06/2015					Total	30/06/2014
	AA	A	B	C	D		Total
Operações em Curso Anormal (*)							
Parcelas Vincendas	-	-	-	-	-	-	433
01 a 60	-	-	-	-	-	-	94
61 a 90	-	-	-	-	-	-	47
91 a 180	-	-	-	-	-	-	153
181 a 365	-	-	-	-	-	-	119
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	20
Parcelas Vencidas	-	-	-	-	-	-	5
01 a 60	-	-	-	-	-	-	5
Subtotal	-	-	-	-	-	-	438
Operações em Curso Normal							
Parcelas Vincendas	79	93	502	-	-	674	4.574
01 a 60	79	40	106	-	-	225	926
61 a 90	-	20	53	-	-	73	434
91 a 180	-	26	158	-	-	184	1.209
181 a 365	-	7	185	-	-	192	1.536
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	469
Subtotal	79	93	502	-	-	674	4.574
Total Geral	79	93	502	-	-	674	5.012
PDD	-	(1)	(24)	-	-	(25)	(128)
Total Geral - 30/06/2014	4.574	-	438	-	-	5.012	
PDD	-	-	(128)	-	-	(128)	

Notas Explicativas

b) Composição por Setores de Atividade

	30/06/2015	30/06/2014
Setor Privado	674	5.012
Pessoa Jurídica	674	5.012
Total	674	5.012

c) Composição do Valor Presente

	30/06/2015	30/06/2014
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	-	47
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	763 (763)	17.545 (17.498)
Imobilizado de Arrendamento	735	17.142
Bens Arrendados	6.571	29.083
Veículos e Afins	6.571	2.978
Máquinas e Equipamentos	-	24.815
Outros Bens	-	266
Perdas em Arrendamento a Amortizar	-	1.024
Depreciação Acumulada (Depreciações Acumulada)	(5.836) (6.571)	(11.941) (28.059)
Superveniência de Depreciação	735	16.118
(Credores por Antecipação de Valor Residual)	(61)	(12.177)
Total	674	5.012

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Saldo Inicial	(74)	(180)
Reversão (Constituição) Líquida do Período	49	52
Saldo Final	(25)	(128)
Provisão Requerida pela Resolução 2.682/99 (Nota 3e)	(5)	(4)
Provisão Complementar (*)	(20)	(124)

(*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição, que considera inclusive as perdas potenciais para créditos rotativos.

Em 30/06/2015 o saldo da provisão em relação a carteira de arrendamento mercantil equivale a 3,71% (2,55% em 30/06/2014).

e) Recuperação e Renegociação de Créditos

No período de 01/01 a 30/06/2015 e 01/01 a 30/06/2014 não houve recuperação de créditos baixados (*write-offs*).

NOTA 6 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais da DIBENS LEASING acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue.

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras, bem como outros riscos.

Notas Explicativas

Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

A seguir apresentamos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia das Obrigações Legais:

Provisões	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
	Obrigações Legais - Total	Total
Saldo Inicial	103.128	-
Encargos sobre Tributos	5.364	4.000
Movimentação do Período Refletida no Resultado - Constituição	-	156.617
Saldo Final (Nota 7c)	108.492	160.617

Depósitos em Garantia	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
	Obrigações Legais - Total	Total
Saldo Inicial	103.128	-
Apropriação de Rendas	5.364	4.000
Movimentação do Período - Novos Depósitos	-	94.103
Saldo Final (Nota 7b1)	108.492	98.103

A discussão relativa às Obrigações Legais é descrita a seguir:

- CSLL – R\$ 108.492 – Isonomia: Enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 108.492.

A DIBENS LEASING, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 7 – TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	490.625	1.407.375
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 3j)	(196.250)	(562.950)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participações em Controlada e Coligadas	162.731	146.172
Juros sobre o Capital Próprio	68.800	-
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis	12	12
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	35.293	(416.766)

Notas Explicativas

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

ATIVO	31/12/2014	Realização/ Reversão	Constituição	30/06/2015	30/06/2014
Refletida no Resultado	13.839	(411)	35.269	48.697	139.695
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	13.809	(391)	-	13.418	139.644
Provisão para Créditos de Liquidação	30	(20)	-	10	51
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	35.269	35.269	-
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	2.237	(2.237)	-	-	-
Total^(*)	16.076	(2.648)	35.269	48.697	139.695

(*) Outros Créditos - Diversos totalizam R\$ 179.539 (R\$ 256.071 em 30/06/2014) e estão compostos basicamente por Créditos Tributários R\$ 48.697 (R\$ 139.695 em 30/06/2014), Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 13.845 (R\$ 18.209 em 30/06/2014), Depósitos em Garantia de Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias R\$ 108.492 (R\$ 98.103 em 30/06/2014) e Depósitos em Garantia de Provisões para Passivos Contingentes R\$ 8.505 (R\$ 64 em 30/06/2014).

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 30/06/2015, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%
2015	35.272	100,0%	2.482	18,5%	37.754	77,5%
2016	7	0,0%	10.936	81,5%	10.943	22,5%
Total	35.279	100,0%	13.418	100,0%	48.697	100,0%
Valor Presente ^(*)	33.918		12.106		46.024	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias fiscais não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 30/06/2015 e 30/06/2014, não existem Impostos Diferidos Ativos e Passivos não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Pagar/Recolher	906	232.841
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 6b)	108.492	160.617
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	4.820	4.029
Total	114.218	397.487

Notas Explicativas**NOTA 8 - INVESTIMENTOS**

Empresas	Saldos em 31/12/2014	Resultado de Participações	Ajuste de TVM e Outros	Eventos Societários ⁽¹⁾	Saldos em 30/06/2015	Saldos em 30/06/2014	Resultado de
							Participações de 01/01 a 30/06/2014
Redecard S.A. (2)	835.904	364.282	(523)	-	1.199.663	617.796	302.075
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	1.735.080	42.545	21	(1.098.792)	678.854	1.687.329	60.078
Megbens Administração de Bens Ltda. (3)	-	-	-	-	-	73.703	3.275
TOTAL GERAL	2.570.984	406.827	(502)	(1.098.792)	1.878.517	2.378.828	365.428

(1) Evento societário decorrente de redução de capital;

(2) Em decorrência da reestruturação societária ocorrida no período findo em 31/12/2012, o cálculo do investimento e o resultado de equivalência patrimonial contemplam ajustes por conta de amortização de mais valia registrada na investida, respectivamente, no montante de R\$ (1.578.071) e R\$ 200.118;

(3) Investimento incorporado em 30/11/2014 pelo Itaú BBA Participações.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Nº de Ações/Cotas de Propriedade da DIBENS LEASING		Participação no Capital Votante e Social (%)
				Ordinárias	Cotas	
Redecard S.A.	1.441.914	13.549.424	862.940	127.820.698	-	19,02%
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	730.775	1.127.857	70.686	-	1.912.398.878	60,19%

Notas Explicativas

NOTA 9 - RECURSOS DE DEBÊNTURES

Apresentamos os recursos de Debêntures, de Natureza Simples e Pública, da Espécie Subordinada:

Características (1)	Nº Registro na CVM	Quantidade				Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação	Periodicidade do Pagamento dos Juros	
		Emitida	Em Circulação		Em Tesouraria		30/06/2015				30/06/2014
			30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014					
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	260	177	260	83	-	2.664.412	3.501.083	01/04/2022	não há	No Vencimento
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	200	91	159	109	41	474.684	740.250	01/08/2016	01/08/2016	No Vencimento
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	3.000	2.989	3.000	11	-	4.912.881	4.408.909	01/04/2022	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SER/DEB-2005/013	1.200	474	1.200	726	-	1.488.721	3.367.599	01/02/2025	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única (2)	SEP/GER/DEB-96/175	1.800.000	75.160	268.811	1.724.840	1.531.189	550.901	1.762.268	01/06/2022	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	3.203	1.698	1.956	1.505	1.247	2.210.836	2.149.844	01/11/2022	01/11/2017	No Vencimento
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	400.000	341.418	360.706	58.582	39.294	8.088.269	7.686.195	01/10/2024	01/10/2024	No Vencimento
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	6.750	4.583	6.446	2.167	304	11.501.978	14.470.938	01/06/2021	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	50.000	41.832	44.487	8.168	5.513	8.922.399	8.486.889	01/10/2022	não há	No Vencimento
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-93/103	20	4	7	16	13	66.629	122.512	01/11/2022	01/11/2015	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-97/105	3.500	2.750	2.943	750	557	3.828.571	3.665.309	01/04/2020	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	1.500.000	1.425.059	1.471.220	74.941	28.780	35.350.772	32.642.454	01/07/2026	01/07/2016	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	1.000.000	952.370	971.533	47.630	28.467	20.878.273	19.049.597	01/07/2027	03/07/2017	No Vencimento
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	1.000.000	956.257	968.071	43.743	31.929	20.041.050	18.146.478	01/12/2027	01/12/2017	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única (2)	SRE/DEB/2005/012	2.400.000	1.521.883	284.554	878.117	2.115.446	4.825.465	806.977	10/01/2020	não há	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	2.400	1.224	2.400	1.176	-	3.365.587	5.902.418	01/11/2020	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	2.000.000	1.059.089	1.332.485	940.911	667.515	14.449.332	16.259.864	26/01/2032	não há	No Vencimento
Total		10.170.533	6.387.058	5.720.238	3.783.475	4.450.295	143.620.760	143.169.584			

(1) 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(2) Desdobramento das debêntures conforme aditamento de 13/06/2014.

Notas Explicativas

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social.

Em Reunião do Conselho de Administração de 27/02/2015 foram declarados e pagos Juros sobre o Capital Próprio no montante líquido de R\$ 136.000, à razão de R\$ 0,09 por ação, sendo R\$ 160.000 o valor bruto e R\$ 24.000 de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em Reunião do Conselho de Administração de 29/05/2015 foram declarados Juros sobre o Capital Próprio no montante líquido de R\$ 10.200, à razão de R\$ 0,01 por ação, sendo R\$ 12.000 o valor bruto e R\$ 1.800 de Imposto de Renda Retido na Fonte, a serem pagos até 31/12/2015.

NOTA 11 - PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ^(*)	143.520.117	165.377.134	8.346.675	7.992.912
Itaú Unibanco S.A. Controlador	118.235.019	165.377.134	6.752.381	7.748.039
Banco Itaú BBA S.A. Ligada	-	-	-	244.873
Itaú BMG Consignado S.A. Ligada	12.566.312	-	718.634	-
Banco Itaucard S.A. Ligada	12.718.786	-	875.660	-
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas	(39)	(36)	(24)	-
Itaú Corretora de Valores S.A. Ligada	(39)	(36)	-	-
Banco Itaucard S.A. Ligada	-	-	(24)	-
Recursos de Debêntures	(143.620.760)	(143.169.584)	(8.327.820)	(6.942.659)
Itaú Unibanco S.A. Controlador	(143.620.760)	(143.169.584)	(8.327.820)	(6.654.729)
Banco Itaú BBA S.A. Ligada	-	-	-	(287.930)

(*) A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimentos até 30 dias R\$ 61.114.910, de 31 a 180 dias R\$ 8.471.737, de 181 a 365 dias R\$ 12.184.593 e acima de 365 dias R\$ 5.200.882; e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 30 dias R\$ 1.000.000; de 31 a 180 dias R\$ 21.038.923 e acima de 365 dias R\$ 34.509.072.

Apresentamos abaixo as taxas praticadas para as operações entre partes relacionadas em 30/06/2015:

	Taxas Anuais
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	100% da SELIC 100% do CDI Prefixada 13,65%

Além das operações acima discriminadas, a DIBENS LEASING, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Outras Despesas Administrativas R\$ (737) de 01/01 a 30/06/2014 em função da utilização da estrutura comum.

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas

NOTA 12 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Benefícios Pós Emprego** – Em 30/06/2015 o efeito atuarial registrado no Patrimônio Líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial, oriundo de controlada totalizou R\$ (502) (R\$ (666) em 30/06/2014).
- b) Outras Despesas Administrativas** – Totalizam R\$ (11.507) (R\$ (11.742) de 01/01 a 30/06/2014) e estão representadas basicamente por Processamento de Dados e Telecomunicações R\$ (10.389) (R\$ (10.247) de 01/01 a 30/06/2014).
- c) Gerenciamento de Riscos** – A gestão de risco é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, que não faz parte das demonstrações contábeis

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464, do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

Notas Explicativas

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações financeiras, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Esta estrutura de risco mercado inclui limites que envolvem o monitoramento dos indicadores (em nível de carteira) e ampliam a sua cobertura para níveis mais granulares (o nível individual da mesa de operações) com limites específicos, a fim de melhorar o processo de entendimento e monitoramento de risco e também de evitar a concentração de risco. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades de mercado e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nos órgãos colegiados competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. O processo de estabelecimento desses níveis de limites e notificação das violações segue a governança aprovada pelas políticas internas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados compostos por membros da alta administração. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle e é revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, aplicação de cenários de estresse, análise e testes, reportar resultados de risco para os responsáveis dentro das unidades de negócios de acordo com a governança estabelecida e monitorar as ações necessárias para reajuste de posições e/ou nível de risco para fazê-los viáveis e providenciar apoio para o lançamento de novos produtos financeiros. Para isto, conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas à variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;

Notas Explicativas

- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e commodities;

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

Notas Explicativas

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

III - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

d) Comitê de Auditoria Único – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por

Notas Explicativas

intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

e) Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da DIBENS LEASING.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de agosto de 2015.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Não se aplica.